

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 522.941 - SP (2019/0214360-4)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : RANA HASSAN MISTOU
ADVOGADO : PRISCILA LEIKA YAMASAKI - SP326322
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO **HABEAS CORPUS**. MÚLTIPLOS ESTELIONATOS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. **QUANTUM** DE AUMENTO PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. CRITÉRIOS. DISCRICIONARIEDADE. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL **DESPROVIDO**.

I - A dosimetria da pena se insere dentro de um juízo de **discricionariedade** do órgão julgador, com supedâneo nas questões fáticas do caso concreto, bem como nas condições pessoais do agente, razão pela qual esta Corte Superior somente admite sua revisão quando inobservado os parâmetros legais ou, como pontuado no **decisum** agravado, de flagrante desproporcionalidade.

II - Em nosso ordenamento jurídico-penal não há previsão de fração mínima ou máxima de aumento da pena-base. É dizer, a exasperação deverá ser fixada segundo o prudente arbítrio do magistrado, dentro da **razoabilidade e proporcionalidade**, e, obviamente, com a necessária e escorreita fundamentação, consoante disposto no art. 93, IX, de nossa Carta Magna.

III - **In casu**, após o compulso dos autos, concluiu-se pela desproporcionalidade na fixação da pena-base pelas instâncias ordinárias, razão pela qual operou-se a redução da fixação da pena-base quanto aos delitos consignados nos itens 2, 3, 4 e 7 da sentença para **2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, acrescidos de 18 (dezoito) dias-multa**, e para os indicados nos itens 5 e 6, **em 2 (dois) anos e 6 meses de reclusão, além de 20 (vinte) dias-multa**.

IV - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

Agravo regimental **desprovido**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator